



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL


Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos por este meio apresentar o nosso relatório sobre a informação económica e financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023, do Município de Lagoa, incluída: no Balanço, que evidencia um total de Ativo Líquido de 137.853.145 euros e um total de Património Líquido de 128.288.287 euros, incluindo um resultado líquido de 4.467.063 euros, na Demonstração dos Resultados por natureza do período findo naquela data, e na Análise da Situação Financeira e da Execução Orçamental.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.
3. Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.

Âmbito

4. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu essencialmente no acompanhamento da atividade da autarquia, tendo sido o trabalho suportado com base, nomeadamente, nos seguintes procedimentos:

- Análise de cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- Análise de rácios;

- 
- Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;
 - Comparação dos valores orçamentados com os valores executados;
 - Análise e teste de elementos de gastos e rendimentos registados no semestre;
 - Análise e teste de elementos relevantes de ativos e passivos; e
 - Análise de investimentos e desinvestimentos.

5. Relembramos que os procedimentos de auditoria atrás referidos e utilizados na revisão da informação semestral preparada pelo Município, não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais, não revestindo o presente relatório, a forma de uma certificação legal das contas. Não obstante existir esta limitação, os mesmos são desenhados de forma que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas, pelo que entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Continuamos a realçar a correta implementação do sistema contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro) que tem funcionado dentro da normalidade.

Síntese das Conclusões sobre a Situação Económica e Financeira

6. Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pela entidade para o efeito e a recuperação extraordinariamente positiva verificada após o período marcado profundamente pelo impacto negativo provocado pela pandemia COVID-19 na posição financeira do Município.

6.1. Posição Financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023

Como aspetos mais relevantes destacamos o seguinte:

Ao nível do Balanço:

Verificaram-se as seguintes variações positivas relativamente ao período homólogo do ano anterior:

No *Ativo Líquido*, 7.021.482 euros, correspondente a um aumento de cerca de 5,4%;

No *Património Líquido*, 2.059.521 euros, correspondente a um aumento de 1,6%;

No *Resultado Líquido*, - 2.263.994 euros, correspondente a uma redução de 33,6%.

Tendo em consideração o nível dos indicadores verificados durante o período da pandemia COVID-19, estamos em condições de afirmar que os indicadores alcançados neste período configuram uma recuperação dos indicadores de desempenho normais do Município antes do aparecimento da pandemia. Verificou-se, contudo, uma redução dos resultados líquidos quando comparado com o exercício homólogo anterior. A situação patrimonial e o Património líquido do Município, retomou o ritmo ascendente verificado no período pré-pandemia.

Ao Nível da Demonstração de Resultados:

Os gastos operacionais registados durante o período semestral atingiram o montante de 18.062.070 euros. Relativamente ao período homólogo do ano anterior os mesmos atingiram o montante de 14.195.002 euros. Verificou-se assim, um aumento de 3.867.068, que em termos relativos significa um aumento de cerca de 27,2%. Numa análise mais detalhada dos itens que compõem os gastos, salientamos os que mais contribuíram, para aquela variação.

As *rubricas de gastos*, que em termos absolutos mais contribuíram para este acréscimo foram:

Fornecimentos e Serviços Externos com cerca de 2.036.409 euros; *gastos com o pessoal* com cerca de 1.171.331 euros; *CMVMC* em cerca de 535.424 euros. A diferença restante reparte-se pelas restantes rubricas da demonstração de resultados.

A rubrica de rendimentos registada durante o período semestral atingiu o montante global de 26.874.826 euros. Relativamente ao período homólogo do ano anterior os mesmos atingiram o montante de 25.200.031 euros. Verificou-se um aumento absoluto de 1.674.795 euros que em termos relativos corresponde a 6,6%.

Assim, comparando o aumento da variação global dos gastos operacionais no montante de 3.867.068, cerca de 27,2% e a variação global dos rendimentos no montante de 1.674.795 euros, cerca de 6,6%, constata-se que o impacto negativo no resultado operacional foi de cerca de 2.192.273 euros. A restante variação negativa no resultado líquido de 71.721 euros deve-se ao aumento de depreciações no montante de 25.306 euros e ao aumento dos juros e gastos similares em cerca de 43.415 euros.

As rubricas de rendimentos que em termos absolutos mais contribuíram para o acréscimo de rendimentos foram:

Vendas, com cerca de 462.854 euros; *Impostos, contribuições e taxas*, com cerca de 458.730 euros e *Transferências e Subsídios Correntes Obtidos* em cerca de 527.679 euros.

Com estes dados continua a estar assegurado o equilíbrio económico e financeiro do Município.

Verificámos o cumprimento do limite da dívida total, conforme disposto no n.º 1 do artigo 52.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro).

6.2. Execução Orçamental no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

Receitas

Receitas Correntes:

O nível de execução das receitas correntes ascende a cerca de 48,84% do total orçamentado, destacando pela sua importância relativa, os *impostos diretos* (IMI, IUC e IMT), com taxas de execução de respetivamente 55%, 61,29% e 62,13% e

correspondentes a cobranças líquidas de respetivamente 5.435.348 euros, 518.872 euros e 8.755.609 euros, *as taxas, multas e outras penalidades* com uma taxa de execução de 40,98%, correspondente a uma cobrança líquida de 572.230 euros.

Receitas de Capital

O nível de execução global de receitas de capital ascende a cerca de 39,46%.

Quanto ao nível de execução total da receita (correntes e capital e outras receitas) verificou-se uma taxa de execução de 62,49%, correspondente ao total das receitas cobradas no período corrente de 42.297.268 euros, face à orçamentada (corrente e capital e outras receitas) de 67.692.031 euros.

Despesas

Despesas Correntes

O nível de execução das despesas correntes ascende a cerca de 33,24%, com um total de despesas pagas de 15.968.440 euros face a um total orçamentado de 48.033.957 euros, destacando pela sua importância absoluta, com um total pago de *Despesas com pessoal*, com um total pago de 5.663.463 euros, correspondente a uma taxa de execução de 40,34% e a *Aquisição de bens e Serviços*, com um total pago de 8.019.116 euros correspondente a uma taxa de execução de 28,35%.

Despesas de Capital

O nível de execução total das despesas de capital ascende a cerca de 10,73%.

Quanto ao nível de execução total de despesa (corrente e capital) verificou-se uma taxa de execução de 26,71%, inferior em cerca de 2% relativamente à taxa do período homólogo do ano anterior.

Verificou-se igualmente neste período um grau de cumprimento ao nível de execução da receita muito superior ao da despesa em cerca de 35,8%, face aos seus valores orçamentados, o que nos permite concluir da consistente continuidade do reforço do equilíbrio financeiro do Município.

18 de setembro de 2023


Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041

